

Os avanços da tecnologia e as formas de brincar na atualidade

Rodrigo Ribeiro dos Santos (*)

Em tempo de modernidade e avanços tecnológicos, a vida cotidiana passou a ter muitas facilidades

A tecnologia proporciona uma infinidade de possibilidades para alcançarmos objetivos que outrora pareciam impossíveis. O ser humano como ser histórico, tem transformado seu dia a dia, e inovando o processo de aprendizagem. Esses avanços tecnológicos têm modificado até o jeito como nossas crianças brincam. Em um mundo de acesso fácil e rápido de informações, as crianças não brincam como as de antigamente, tanto que a própria concepção de infância evoluiu.

Sendo assim, as formas de brincar também sofreram a influência das novas tecnologias. Mas será que o que fez parte do passado pode ser simplesmente descartado por causa do “novo tempo”? Seria então melhor deixarmos o velho e abraçarmos o novo como se não importasse o processo histórico de transformações sofridas em nossa sociedade. A criança como sujeito histórico tem em suas brincadeiras, em seus jogos uma forma diferente de enxergar o mundo.

Por meio dos jogos, dos brinquedos e da brincadeira, ela explora ao máximo a realidade que a cerca e proporciona a si um mergulho no mundo adulto. Criando conceitos por meio da imitação da rotina dos pais em suas brincadeiras, criando e recriando formas de realizar um jogo e relacionando a sua vivência com o meio social a qual pertence.

Uma das críticas atuais está atrelada aos brinquedos, pois os mesmos não são iguais aos de outrora. Com o advento da tecnologia os brinquedos com suas luzes, motores, pilhas e controles remoto, deixam as crianças inertes em sua criatividade, pois alguns brinquedos fazem com que a ação criativa não seja o principal foco, tornando-os meros expecta-

dores, porque o brinquedo brinca sozinho.

Outro fator é o uso excessivo das telas; sim, as telas dos televisores, tablets e smartphones. Não se propõe aqui a negação do uso desses objetos, mas o controle e a intervenção do adulto no uso dessas tecnologias. Os jogos simbólicos, as brincadeiras de faz de conta, as cantigas de roda e o contato direto com a natureza, proporcionam às crianças a vivência da realidade de seus pais e avós. Também apresentam novas possibilidades de criar, recriar e resignificar os sentidos, sendo atuante efetiva na ação sobre o brinquedo.

Neste ponto, a criança brinca com o brinquedo e ela não se torna apenas a expectadora do brinquedo, ou de suas ações limitadas. Ela explora o mundo, compreende as regras sociais, cria seus próprios valores e atribui significado as informações que recebe e socializa, tornando-as em conhecimento.

Brincar é uma ferramenta muito poderosa no processo de aprendizagem dos pequenos, pois, amplia a sua visão de mundo, promovendo a criticidade, questionando as regras impostas e as adaptando conforme surgem novos desafios. A criança brinca não só pelo prazer da diversão que o ato proporciona, mas para compreender o mundo a sua volta. Em datas comemorativas em que se espera ganhar um brinquedo, o que os pais podem dar a seus filhos?

Estamos proporcionando às nossas crianças aprendizado por meio das brincadeiras, ou apresentando um mundo digital cheio de informações que se mal mediadas não possuem significado? Pois, informações em excesso sem mediação e significado não é conhecimento e sem conhecimento nossos filhos não serão, como diria o educador Paulo Freire, agentes de transformação social.

(*) - É pedagogo e professor de Educação física do Colégio Marista Criciúma.

MP de apoio emergencial a imigrantes abre pauta no Senado

A proposta, motivada pela crescente imigração de venezuelanos para o Brasil, foi incluída na Ordem do Dia da sessão de terça-feira (12)

O texto é resultado das mudanças feitas ao longo da tramitação da MP no Congresso. As regras estabelecidas podem ser aplicadas também a outras situações, como o fluxo de haitianos para o Acre, cujo auge foi de 2012 a 2015. A proposta autoriza a União a aumentar o repasse de recursos para os fundos estaduais e municipais de saúde, educação e assistência social dos entes afetados pelo fluxo migratório.

A transferência de pessoas assistidas para outro ponto do território nacional ou para outro país ou ainda o retorno ao país de origem dependerá de anuência prévia desses migrantes. Também permite ao governo federal, em conjunto com estados e municípios, propor cotas de migrantes a serem recebidos por cada ente fede-



As regras estabelecidas podem ser aplicadas também a outras situações, como o fluxo de haitianos para o Acre, cujo auge foi de 2012 a 2015.

rativo. Também está na pauta o projeto do deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), que obriga a realização de testes de impactos em equipamentos para transporte de crianças.

A proposição abrange bebês-conforto, cadeiras especiais ou assentos de elevação.

Outra proposta de interesse direto de motoristas e proprietários de veículos é o projeto

do deputado Ronaldo Martins (PRB-CE), que permite o parcelamento em até três vezes do pagamento do Dpvt. Pela proposta, os boletos serão pagos com as parcelas do IPVA, e o segurado terá direito ao parcelamento.

Os senadores também podem votar o projeto do deputado Efraim Filho (DEM-PB), que reforça o combate ao contrabando, ao determinar a cassação da carteira de habilitação por cinco anos do motorista pego pelos crimes de contrabando, descaminho, furto, roubo e receptação de mercadorias. Os senadores lembraram que a sonegação de impostos chega a R\$ 500 bilhões por ano no país. A relatora na CCJ, senadora Ana Amélia (PP-RS), destacou que 40% dos cigarros comercializados no Brasil são contrabandeados (Ag.Senado).

Aprovado projeto que regulamenta figura do advogado associado

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou proposta que reconhece e regulamenta as figuras do “escritório de advogados sócios” e do “advogado associado”. A medida está prevista no projeto do deputado João Gualberto (PSDB-BA), que tramita tendo apensado o projeto do deputado Mauro Lopes (MDB-MG). O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que recomendou a aprovação dos projetos e consolidou os dois em só texto.

Além disso, no substitutivo foram feitos ajustes para adequar as propostas às normas em vigor. “Ambos os projetos estão consolidando, no Estatuto da Advocacia e da OAB, práticas e situações já amplamente disseminadas”, disse Hildo. “Vislumbro o mérito de dar soluções para antigas controvérsias, eliminando incertezas sobre o regime jurídico aplicável ao exercício da profissão e prevenindo os riscos legais decorrentes”. A proposta agora será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Projeto permite laqueadura no pós-parto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar nesta semana o projeto que facilita o acesso aos procedimentos de laqueadura e vasectomia. A proposta retira da lei que trata do planejamento familiar algumas restrições a esses procedimentos de esterilização. O relatório da senadora Marta Suplicy (MDB-SP) sobre o texto, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi lido na última reunião da comissão, na quarta-feira (6), mas a votação acabou sendo adiada por falta de quórum.

A lei atual proíbe a laqueadura “durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores”. A falta de clareza nesse trecho, segundo Randolfe, deixou o campo aberto para que a regulamentação da matéria, feita pelo Ministério da Saúde, proibisse a laqueadura no pós-parto imediato. A previsão de que esse procedimento só possa ocorrer depois de 42 dias do



O senador Randolfe Rodrigues é o autor do projeto.

parto praticamente inviabilizou o acesso das mulheres ao procedimento, segundo o senador. “Essa restrição cria problemas para as mulheres que dependem do SUS para realizarem a laqueadura tubária, pois gera a necessidade de segunda internação, novo preparo cirúrgico e, por conseguinte, aumento dos riscos de complicações para a mulher, sem ignorar as consequências indesejáveis produzidas pelo afastamento da mãe do recém-nascido”, ar-

gumentou no texto do projeto. A proposta em análise veda a esterilização cirúrgica em mulher durante o parto ou aborto, mas admite a laqueadura no período do pós-parto ou do pós-aborto imediato, durante a mesma internação. O texto está sendo analisado pela CAS em decisão terminativa. Isso significa que, se for aprovado e não houver recurso para a votação em Plenário, seguirá diretamente da comissão para a Câmara (Ag.Senado).

MDB nunca é unânime e ‘divergiu’ até sobre Ulysses Guimarães



Temer concede entrevista à jornalista Roseann Kennedy, no programa Nos Corredores do Poder, da TV Brasil.

Questionado sobre a indicação do ex-ministro Henrique Meirelles para estar à frente do MDB nas eleições deste ano, o presidente Michel Temer afirmou que “Meirelles é a continuidade”. O presidente concedeu entrevista exclusiva à jornalista Roseann Kennedy, no programa Nos Corredores do Poder, da TV Brasil.

Segundo ele, o ex-ministro foi muito bem recebido no MDB e tem “maioria” lá dentro. afirmou, entretanto, que o partido nunca tem posição unânime. “O MDB sempre foi assim. Nem dr. Ulysses [Guimarães] conseguiu. Ele reconstruiu o Brasil e teve

4,6% dos votos; foi abandonado pelo MDB”, avaliou. Temer disse ainda esperar ser reconhecido futuramente. “Já me disseram que o reconhecimento virá depois, será mais histórico do que momentâneo”, afirmou.

Por fim, o presidente disse que recebeu convite para ir à Copa do Mundo na Rússia, mas não sabe se vai porque “o Brasil está agitado e exige a presença do governante”. Segundo Temer, a Copa “recupera o patriotismo”, ao colocar em evidência a nossa bandeira e seu lema Ordem e Progresso. Ele disse esperar que os brasileiros possam festejar um bom resultado para o Brasil (ABR).

Saúde: isenção de carência para atendimento de urgência

O cliente de plano de saúde pode ficar isento do cumprimento dos prazos de carência nos casos de urgência e emergência. É o que prevê o projeto da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), aprovado pela Comissão de Transparência do Senado. O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto altera a Lei dos Planos de Saúde para eliminar mecanismos que dificultem o atendimento de urgência e emergência, inclusive autorizações prévias. A iniciativa também reduz para 120 dias o período de carência para internações hospitalares. Atualmente, os prazos máximos de carência definidos pela legislação são de 24 horas para atendimentos de urgência e emergência; 300 dias para parto a termo; e 180 dias para os demais casos, como cirurgias.

Para Rose de Freitas, embora o período de carência proteja as operadoras contra abusos e fraudes por parte do consumi-



Senador Elmano Férrer (Pode-PI), relator da proposta.

dor, isso não pode inviabilizar o atendimento em circunstâncias excepcionais e imprevisíveis, que exijam solução imediata. “É o caso das urgências e emergências, que, se não forem tratadas a tempo, podem acabar por tornar inútil a finalidade primordial do contrato celebrado entre as partes, qual seja, a de resguardar a saúde e a vida”, destaca a autora.

O senador Elmano Férrer (Pode-PI), relator da proposta, considera acertada a eliminação dos prazos de carência para os atendimentos de urgência e emergência. Em sua avaliação, essa medida se justifica porque, caso o consumidor não receba o atendimento no tempo necessário, este pode ser inútil se realizado posteriormente (Ag. Senado).

Distribuição gratuita de ácido fólico para gestantes

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o projeto do deputado Marcelo Aro (PHS-MG), que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a distribuir gratuitamente ácido fólico para as gestantes. O relator, deputado Pastor Eurico (Patri-PE), recomendou a aprovação de emenda da Comissão de Finanças e Tributação que excluiu a distribuição gratuita do ácido fólico também para as mulheres em idade fértil, pois isso causaria impacto nas despesas do SUS, que atualmente já distribui o ácido gratuitamente para as grávidas.

O projeto foi aprovado em caráter conclusivo

e, portanto, a não ser que seja apresentado recurso para votação pelo Plenário, segue para análise do Senado. Receitado pelos médicos geralmente nas primeiras semanas de gestação, o ácido fólico ajuda a prevenir a “espinha bífida”, doença que se caracteriza por expor a medula espinhal do feto, levando a uma paralisia dos membros inferiores, e a anencefalia, que é a má formação do cérebro do bebê. O projeto aprovado também determina que o governo promoverá campanhas educativas sobre a importância do ácido fólico antes e durante a gravidez (Ag.Câmara).

Fachin mantém execução provisória da pena de Vaccari

São Paulo - O ministro Edson Fachin, do STF, negou seguimento - julgou inviável - ao Habeas Corpus no qual a defesa do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto pedia que não fosse executada a pena de 24 anos de prisão que lhe foi imposta por corrupção passiva no âmbito da Operação Lava Jato.

O ex-tesoureiro do PT foi condenado pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba a dez anos de prisão por corrupção passiva “em razão do recebimento de vantagem indevida decorrente de cinco contratos da Petrobras e da Sete Brasil com o Grupo Keppel Fels, para repasse à sua agremiação política”. O TRF-4 aumentou a pena para 24 anos de reclusão e, após o julgamento de recursos naquela instância, determinou o cumprimento da pena.

A defesa argumentou que havia sido decretada a prisão preventiva de Vaccari em uma outra ação penal. Alegou que a primeira custódia cautelar foi revogada em razão da absolvição ocorrida na primeira ação penal. Assim, não haveria “fundamentação concreta a lastrear a extensão do decreto prisional e não há justificativa concreta para o início da execução provisória da pena”.

Fachin apontou que a condenação na segunda ação penal “se encontra assentada pelas instâncias ordinárias, razão pela qual, no último dia 13 de maio, foi determinada a expedição de guia para início da execução penal provisória”. “Nesse contexto, a custódia, até então de índole processual, passa a ostentar contornos penais, o que acarreta o prejuízo da impetração quanto ao questionamento cautelar”, destacou o ministro (AE).